



○ PODER DO ANEL NA DIOCESE DE MARINGÁ

Selson Garutti

Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

E-mail: *selsongarutti@hotmail.com*

RESUMO

Esta pesquisa volta-se à análise da Igreja Católica Apostólica Romana, aqui representada pela Diocese de Maringá (Paraná), cuja história se confunde com a história da cidade, visto que ambas foram fundadas na mesma época (em 1947). Isso significa que os católicos fizeram parte dos primeiros colonizadores que chegaram à região quando quase tudo era uma densa mata, para transformá-la, em pouco tempo, em uma das regiões mais economicamente desenvolvidas do país. No entanto, na prática, essa presença católica não é de todo relevada nos documentos oficiais. Em razão disso, o presente trabalho busca recuperar a história da presença da Igreja Católica na região de Maringá e analisá-la em seus diferentes momentos, buscando entender como ocorreu a interação desse grupo religioso com a sociedade da qual é parte integrante.

PALAVRAS-CHAVE

Poder; diocese; anel; instituição; hábitos.

1. INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa consiste em compreender o discurso e as práticas do catolicismo instituído na cidade de Maringá (PR), entre as décadas de 1947 e 1987, a partir da perspectiva de um catolicismo moderno, dada por meio do

processo histórico que teve por cume o Concílio Vaticano II. Tal proposta temática consiste na relação existente entre igreja e sociedade e suas imbricadas relações de poder. No entendimento desta proposta está a ideia de que as relações sociais de poder sustentam-se e perpetuam-se por variados recursos simbólicos, linguísticos e comportamentais. Trata-se de investigar os significados dessas relações sociais e como elas contribuíram para a formação da noção moderna de urbanidade, tendo como contribuição a institucionalização da Igreja Católica na cidade de Maringá.

Nesse sentido, as relações existentes entre igreja, religião e sociedade não serão tratadas a partir de uma lógica mecanicista, que faz dessas relações um instrumento de conservação da ordem social estabelecida e da legitimação de poder de uma classe sobre a outra. O conceito de Igreja, aqui empregado, implica pensar que essa instituição tem uma relação consigo mesma e com a sociedade. Há um confronto histórico permanente entre Igreja e a diversidade cultural em que ela se insere. Dessa forma, mesmo que haja um discurso elaborado pelos “especialistas religiosos”, influenciados por doutrinas romanizadas, a Igreja, ainda assim, se constituirá conforme as múltiplas relações sociais e de poder que envolve seus seguidores, historicamente constituídos. É esse fazer social histórico do catolicismo em Maringá, entre as décadas de 1950 a 1980, que constitui tal pesquisa.

2. MATERIAIS E MÉTODO

Os objetivos desta proposta partem da análise do material existente no arquivo do Museu Diocesano de Maringá, onde foi realizado um levantamento preliminar das fontes de pesquisa. No arquivo do museu, localiza-se parte considerável da coleção do primeiro jornal de Maringá, intitulado *A Folha do Norte do Paraná*. Os jornais estão separados por ano, desde 1945 até 1987, permitindo o acesso a diversas informações históricas. Cada volume tem o formato de um dossiê, no qual se pode encontrar um relato do cotidiano da vida sociocultural maringaense, bem como o discurso da burguesia industrial que procurou defender seu *status quo*, baseando-se em noções capitalistas conservadoras.

Esse material jornalístico representa importante fonte documental, que permite observar o cotidiano da sociedade maringaense que se formava. É preciso deixar claro que este estudo não analisará unicamente as fontes jornalísticas pesquisadas; deve-se levar em consideração a bibliografia já produzida sobre a cidade, buscando subsídios para comparação e análise.

A leitura da documentação jornalística existente no arquivo conduziu a pesquisa a um trabalho de “garimpo” ali realizado, pois a diocese não preservou muitos dos seus documentos que poderiam ter sido considerados de valor permanente. Este trabalho permitiu adentrar no universo sociocultural religioso da cidade e conhecer parte das ações ligadas aos movimentos eclesiais da Igreja Católica em Maringá. Tal análise torna-se indispensável por permitir conhecer fatos e discursos da igreja ali institucionalizada e que provavelmente não se encontram em outras fontes documentais.

Visando contribuir para o atual movimento de renovação dos estudos acadêmicos na área de ciências da religião, sobre o período de institucionalização da Diocese de Maringá (de 1947 a 1964), pretende-se reconstruir e compreender a história de Dom Jaime Luiz Coelho, enquanto primeiro bispo da Diocese de Maringá, como parte integrante da estrutura sociocultural religiosa maringaense.

Procurou-se analisar a história da Igreja Institucionalizada em Maringá, a partir de ações concretas do então bispo Dom Jaime Luiz Coelho, permitindo a reconstrução dos sujeitos históricos, seguindo as perspectivas de referenciais teóricos dos autores Sergio Miceli (1988) e Scott Mainwaring (1989).

Enquanto Sérgio Miceli trata da formação do processo de construção institucional da Igreja Católica Brasileira ao longo da República Velha (1889-1930), têm-se, de um lado, as novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé, durante a segunda metade do século XIX, e, de outro lado, os desafios organizacionais e condicionantes políticos que a Igreja teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira. Miceli (1988) aponta o século XIX como um momento-chave para os rumos tomados pela Igreja em âmbito nacional. Dessa forma, sua obra trata do processo de transição do antigo regime de Padroado para um novo *status* político do regime republicano com seus elementos históricos e geográficos (MICELI, 1988).

Mainwaring (1989) dá continuidade a essa discussão tratando da formação do processo de construção institucional da Igreja Católica Brasileira ao longo da história, ou seja, de 1916 a 1985. Na América Latina, a igreja brasileira se destaca por ser a maior e mais progressista, reunindo mais adeptos do que qualquer outra do mundo ocidental. Com efeito, o Instituto Cristão Católico tem estado à frente de algumas das mudanças eclesiais mais significativas dos últimos tempos. Essa relação tem sido alterada gradativamente. A presença da Igreja na política brasileira tem sido marcante. Vinculada ao Estado e às classes dominantes até 1964, entrou em sérios atritos com o Estado durante as duas décadas do governo militar. Durante o período de maior repressão (1968-1974), a Igreja, com frequência, era a única instituição com suficiente autonomia política para criticar o regime autoritário e defender os direitos humanos. Quando o Brasil se aproximou de uma democracia liberal, em meados da década de 1980, a Igreja ainda desfrutava de importância política (MAINWARING, 1989).

Pretendendo realizar uma pesquisa interdisciplinar utilizando fontes históricas jornalísticas e bibliográficas, propondo romper com uma noção histórica factual e cronológica, assumindo como perspectiva as relações culturais como análise estrutural dos condicionamentos sociais, políticos e religiosos (NUNES, 1994), entendendo a Igreja de Maringá como elemento engendradora das relações dos sujeitos históricos, constituído pelo *habitus* social, sendo que o diferencial consiste em focar um entendimento da importância que os condicionamentos socioculturais religiosos possuem para a história da cidade, tendo por base a noção que os sujeitos têm como seres socioculturais.

O sujeito vive em grupo e tem, a partir daí, suas referências de conhecimento. O fenômeno religioso faz parte desse aparato conceitual da sociedade, considerado um dos meios de transmissão das experiências socioculturais acumuladas, no qual os juízos estão condicionados pelos sistemas aceitos como valorativos e possuindo um caráter de classe. A partir desse tipo de abordagem, o estudo dessa construção fragmentada expõe conflitos e lutas dos interesses de classes dentro do seu cotidiano e de sua própria cultura local, considerando estratégias de auto-organização e resistência, tornando possível

evidenciar o processo histórico de construção de identidades desses sujeitos sociais.

A documentação jornalística presente nos exemplares de *A Folha do Norte do Paraná*, primeiro jornal matutino de Maringá, encontra-se atualmente no Museu Diocesano de Maringá (Catedral). No arquivo do Museu da Bacia do Paraná (UEM), encontra-se o arquivo de fragmentos jornalísticos preservados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. O Centro de Memória e Patrimônio Histórico do Município de Maringá também se constitui referência para pesquisa, possuindo importante documentação referente à cidade de Maringá; além da documentação sobre os pioneiros da cidade e demais documentações produzidas que abarcam o processo de implantação do município.

3. PLANO DE TRABALHO

Pelo resgate bibliográfico, verificou-se a necessidade da adoção de uma sequência metodológica, tanto na fase de levantamento quanto na de análise e interpretação dos dados. Por essa metodologia, os dados, tanto qualitativos quanto quantitativos, devem ser entendidos como complementares e que se retroalimentam no processo de pesquisa. Para a aplicação dessa técnica metodológica, tomou-se como referência de estudo a Igreja Católica Institucional em Maringá, levando-se em conta a formação – construção da identidade sociocultural religiosa de Maringá.

4. PROPOSTA DE ANÁLISE

A análise de conteúdo desta pesquisa realizou-se pela recuperação e interpretação de uma série de reportagens coletadas na imprensa no primeiro jornal local *A Folha do Norte do Paraná*.

Para fins didáticos e para melhor organização da opinião contida nos artigos, as fases de formação da pesquisa foram divididas tomando por base o processo proposto por Andrade (1989) e analisados sob o enfoque qualitativo apresentado por

meio de uma sistematização e operacionalização de análise seguindo a metodologia proposta por Bardin (1977).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção (variáveis inferidas) nas mensagens. Uma das características que definiu essa análise de conteúdo consistiu na busca do entendimento da comunicação entre os sujeitos, apoiando-se no (re)conhecimento do conteúdo das mensagens. Não querendo saber apenas “o que se diz”, mas “o que se quis dizer” com tal manifestação. Importante nesse processo de análise de conteúdo foi a tentativa de captar as mensagens transmitidas.

Nesse procedimento proposto deveria ser dada uma ênfase na avaliação quantitativa dos dados. No entanto, deu-se maior ênfase à análise qualitativa por ela permitir não somente a análise do conteúdo manifesto nos documentos, como também a de seu conteúdo latente, buscando uma conclusão apoiada não apenas em dados quantitativos, ou uma visão estática, mas apoiando-se em uma visão de geral qualitativa e dinâmica.

Sem excluir as informações estatísticas, fez-se necessária uma interação dinâmica capaz de fazer “saltar aos olhos” as ideologias, tendências, intenções e características dos fenômenos socioculturais religiosos que se quer analisar, buscando uma interação cada vez maior dos conteúdos, manifestos em um processo dinâmico, estrutural e histórico.

O princípio norteador da técnica utilizada na análise de conteúdo em seu enfoque metodológico tem como base de interpretação a corrente dialética, para perceber a dinâmica contextual e histórica dos fatos e não apenas a sua caracterização e sistematização lógica, ou, ainda, um simples relato de fatos históricos.

Essa sistematização proposta segue, basicamente, três etapas:

1. *Pré-análise*: consiste na seleção e organização do material documental.
2. *Descrição analítica*: consiste no processo de análise profunda dos documentos, tomando como base as hipóteses e referenciais teóricos. Nesta etapa é que se criam os

temas de estudo e as tramas de relações, podendo-se fazer a sua decodificação, classificação e/ou categorização.

3. *Interpretação referencial*: consiste em um momento de compreensão mais ampla das inferências e relações construídas entre as bases documentais. É neste momento que, a partir dos dados empíricos e informações coletadas, se estabelecem a compreensão das relações entre o objeto de análise e seu contexto mais amplo, chegando às reflexões que estabeleçam a verificação das hipóteses anteriormente conjecturadas em vista das estruturas e relações propostas.

Tem-se aqui uma tentativa de desvelar o significado dos discursos, permitindo ir além das primeiras impressões, evitando a perigosa possibilidade de um entendimento superficial daquilo que foi manifestado em uma fonte que é a base da expressão de processos individuais e sociais, fator que faz da inferência e confrontação a razão de ser desta análise. Dessa forma, cada tema deve ser analisado quantitativamente, constituindo-se um suporte para posterior análise qualitativa, a qual se realiza por meio de inferências entre as fases do processo da formação dos fatos e a verificação das transformações sociais ocorridas no processo. Deve-se levar em conta as relações conflituosas existentes, pelas quais as classes com menos acesso ao poder conseguem se articular com suas lideranças e ganhar expressão determinando novos caminhos para as relações entre os interesses políticos, econômicos, sociais e, por fim, religiosos.

Em uma sociedade marcada pela desigualdade entre as forças econômicas, culturais etc., essas relações são fundamentais, pois a opinião popular nem sempre consegue ser compreendida como opinião social/pública, uma vez que para isso precisa ser legitimada pelos meios de comunicação de massa, que são dirigidos por forças antagônicas aos interesses sociais populares. Daí a importância da análise de conteúdos como perspectiva metodológica, com o objetivo de entender o desenvolvimento das etapas do processo de formação da mentalidade sociocultural da cidade de Maringá, por meio da perspectiva dialética. Essa análise parte da contextualização do fato, de seu acompanhamento histórico e da constatação dos conflitos para a sua superação, percebendo o importante fluxo de informações na formação da opinião e em sua tomada de

consciência sobre os fatos, chegando à sua conseqüente transformação social. Deve-se partir dos conflitos de interesses aí contemplados, que consistem em um meio de análise e entendimento transversal, tendo como instrumental as referências das esferas políticas, sociais, culturais, econômicas, religiosas e todas as possíveis tramas de influências que possam estar contidas, analisando os eventos ocorridos, cronologicamente organizados e relacionando-os com as fases do processo:

1. levantamento das fontes;
2. leitura da bibliografia;
3. leitura de fontes;
4. análise dos dados;
5. elaboração da qualificação;
6. elaboração da dissertação.

5. A DEFINIÇÃO DO CORTE TEMPORAL COMO PROCESSO DE ANÁLISE

A definição do corte temporal tem como critério estabelecer o período em que a Diocese de Maringá foi governada pelo primeiro bispo Dom Jaime Luiz Coelho. Para desenvolver o trabalho, fez-se necessária não somente a análise dos anos de 1957 a 1987, mas também dos primórdios da ocupação e colonização do Paraná, porque essa região já apresentava uma ocupação nessa época, mesmo que não tivesse por base a Igreja Católica. Assim, optou-se pela seguinte cronologia:

- 1/2/1956: O Papa Pio XII cria a Diocese de Maringá por meio da Bula *Latissimas Partire Ecclesias*, separando-a da Diocese de Jacarezinho.
- 3/12/1956: O Papa Pio XII elege monsenhor Jaime Luiz Coelho, Cura da catedral de Ribeirão Preto (SP), primeiro bispo diocesano de Maringá.
- 24/3/1957: Instalação Canônica da Diocese de Maringá, sufragânea da Província Eclesiástica de Curitiba. Presença do Monsenhor Pio Gasperi, auditor da Nun-

ciatura Apostólica, quando da entrega da Carta Pastoral de saudação. Também chegada de Dom Jaime a Maringá e sua posse.

- 15/8/1958: Lançamento das pedras fundamentais do Seminário Menor Diocesano e da Catedral Nossa Senhora da Glória de Maringá.
- 20/1/1968: Papa Paulo VI cria a Diocese de Paranavaí, desmembrada de Maringá.
- 31/10/1970: Papa Paulo VI cria a Província Eclésia de Londrina e Maringá, sua sufragânea.
- 16/10/1979: Criação da Província Eclesiástica de Maringá, com seu primeiro Arcebispo Metropolitano, e as dioceses sufragâneas de Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama.
- 20/1/1980: Instalação canônica da Arquidiocese de Maringá, estando presente, em sua segunda visita, o Senhor Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco.
- 22/3/1992: Comemoração dos 35 anos da Diocese de Maringá, presença do Senhor Núncio Apostólico Dom Carlos Furno, hoje Cardeal da Igreja.
- 06/4/1997: Comemoração dos 40 anos da Diocese de Maringá, momento de transmissão do governo da Arquidiocese para Dom Murilo S. R. Krieger SCJ.

6. A IGREJA CATÓLICA EM MARINGÁ

Na história de Maringá, a Igreja Católica sempre esteve presente desenvolvendo ações educativas e sistemáticas para formar a consciência dos indivíduos, realizando sua missão evangelizadora, reproduzindo seus quadros e garantindo tanto sua sobrevivência econômica quanto a sua influência política sobre a sociedade e o Estado. Porém, a atuação dos católicos e de sua instituição em mobilizações de pessoas e recursos materiais, em programas de educação elementares destinados às classes populares, é algo muito recente, podendo-se citar aqui o Núcleo João XXIII, um projeto de habitação construído em

um grande terreno da Diocese, sendo uma iniciativa pastoral diretamente vinculada à hierarquia e ao laicato católico.

A produção acadêmica destinada a analisar e interpretar a participação dos católicos na história da ocupação e povoamento da cidade de Maringá tem dedicado pouca atenção às contribuições dos agentes individuais na formulação e na implementação dos projetos de colonização. Privilegia-se como objeto de pesquisa a atuação da Igreja, por vezes das ordens e congregações religiosas, e também dos grupos católicos de base e das chamadas organizações não governamentais. É como se as iniciativas fossem impessoais. Como afirmou Sartre, é como se o campo social fosse constituído a partir de atos sem autores, de construções sem construtores, como se os homens não existissem¹.

Dessa forma, há que explorar a possibilidade de identificar como foi a ação pastoral de Dom Jaime Luís Coelho à frente da então recém-criada Diocese de Maringá, desde sua nomeação e fundação em 1947, até 1987, período em que se aposentou, período essencial para as transformações ocorridas tanto na igreja particular de Maringá quanto na cidade como um todo, a partir das quais muitos católicos viam a participação nos cultos e na vida eclesial como uma forma de se tornarem parte integrante de um corpo bidimensional – místico e social – passando a introjetar e vivenciar valores individuais e coletivos (sociais, culturais e morais), superando a tradicional participação católica na vida sociocultural e religiosa da cidade. A Igreja passou a desenvolver uma nova forma de ação pastoral educativa, ligada diretamente às necessidades de instrução elementar das classes populares que deveriam assimilar as noções de *habitus*, como compreensão do mundo que as cercavam, isto é, as noções do *ethos* religioso e social² que deveriam vivenciar.

O concílio Vaticano II enfatizou para os membros da Igreja Católica a orientação para que implementassem uma “missão social” com o chamado “povo de Deus”. Mas em consonância com as análises já realizadas sobre as transformações

¹ “O poder de fazer a história perseguindo seus próprios fins” (SARTRE, 1984, p. 183).

² “Na discussão antropológica recente, os aspectos morais (estéticos) de uma dada cultura, seus elementos valorativos, foram resumidos sob o termo *ethos*, enquanto os aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo ‘visão de mundo’. O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete” (GEETZ, 1978, p. 141).

da Igreja Católica na década de 1960, pode-se perceber que tanto o Vaticano II quanto as encíclicas papais *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* são fruto e consequência de um processo já existente, sendo um movimento tanto de alguns membros da hierarquia quanto de alguns leigos católicos, implementando um processo de transformações calcado na base social da organização eclesiástica a partir de uma nova concepção de fé e de entendimento do que viria a ser concebido com a Igreja em sua missão temporal. Essa mudança foi acelerada pelo processo de romanização dado já a partir do documento Vaticano I. Assim, rompendo com uma noção de Igreja vivida na cristandade, tem-se agora uma Igreja que busca por uma nova e firme identidade centrada na ideia de centralização do poder eclesiástico, constituindo uma mudança na concepção ideológica – teológica, partindo do seu interior com sua base eclesiástica, posteriormente legitimada e incorporada pelas encíclicas apostólicas consideradas progressistas e pelo concílio Vaticano II.

Em todo o Brasil, a partir da instauração da república, passou-se a viver essas novas concepções de fé e de missão do catolicismo. No Brasil, várias iniciativas relacionadas à vida eclesiástica começaram a ser implantadas por uma nova leva de bispos e sacerdotes a partir do final dos anos 1950.

Em especial, a Igreja Católica Apostólica Romana sempre esteve presente na história da formação de uma noção sociocultural identitária no Brasil, tendo sempre uma presença bem definida, desenvolvendo ações sistemáticas para formar uma consciência tanto individual quanto coletiva, realizando uma missão evangelizadora reproduzindo seus quadros e garantindo sua sobrevivência econômica, bem como sua influência política sobre o Estado e principalmente sobre a população.

Nesse sentido, os padres já constituídos e atuantes nas dioceses existentes tinham um problema sério a resolver, pois eles não representavam em nada as atuais orientações da Igreja católica para a implantação de uma “missão social” com o “povo de Deus”, pois em concordância com as análises realizadas sobre as transformações ocorridas na Igreja antes do concílio Vaticano II e das Encíclicas papais *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, já existiam tendências e movimentos da hierarquia e do laicato católico implementando na base social da organização eclesiástica uma nova e moderna concepção de fé, de Igreja e de sua missão temporal. Assim, as mudanças no interior da Igreja

iniciaram-se a partir da base e, posteriormente, foram legitimadas e incorporadas pelas encíclicas apostólicas e o concílio ecumênico, os quais foram considerados progressistas e com uma proposta de modernidade eclesial (MAINWARING, 1989).

Essas novas perspectivas de concepções eclesiológicas apresentavam uma moderna concepção de fé e de missão católica na terra, antecipando as proposições conciliares no Brasil, e dessa forma várias concepções eclesiológicas de características modernas começaram a ser implantada por sacerdotes e leigos católicos a partir dos anos 1950³.

A partir de então, de forma geral, houve uma participação dos atores sociais na formação e na implantação de uma nova ordem sociocultural religiosa que privilegiou a atuação e a institucionalização da Igreja católica, bem como de suas ordens e congregações, e também dos grupos católicos leigos e das chamadas organizações não governamentais, em uma tentativa de estabelecerem uma religião em coadunância com essa nova ordem social, de avanço e de modernidade, que grande parte dos católicos ansiavam e almejavam, pois isso iria diretamente ao encontro dos seus interesses econômicos, sociais, políticos e, por fim, religiosos.

Nessa direção, a institucionalização de uma diocese na região do “norte novo do Paraná”, tornou-se uma necessidade veemente, pois só assim haveria possibilidade de construir uma identificação sociocultural com uma ação eclesial, formulando, assim, uma identidade calcada nos princípios de modernidade. Esses elementos foram fatores essenciais para as

³ Como discute Paiva (1987, p. 42): “[...] os cristãos – especialmente os católicos – eram tradicionalmente responsáveis por grande parte das atividades educativas no país. Tais atividades, entretanto, referiam-se predominantemente às elites e, quando algo era feito em benefício de camadas populares, adquiria um caráter assistencialista. Até a década de 1950, os católicos mantiveram-se em posições marcadamente conservadoras, em defesa da escola privada e do ensino religioso. Somente no final dos anos 1950 é que as transformações sofridas pelo pensamento cristão (moderno) começam a se manifestar em termos práticos, concretos sobre o movimento educativo brasileiro. Dividem-se os cristãos de forma absolutamente irreversíveis; os cristãos jovens, especialmente, começam a buscar um novo cristianismo para o qual o compromisso com as estruturas vigentes parece imoral... Tratava-se de recompor o poder político fora da ordem vigente; de utilizar a educação como instrumento de mudança social. Para tanto, era preciso atuar sobre o homem, torná-lo consciente de sua situação de exploração dentro das estruturas vigentes, levá-lo a exigir seu direito de participação na vida política e de um nível compatível com sua condição de ser humano”.

transformações ocorridas na sociedade brasileira de forma geral, a partir das quais muitos católicos acabariam por superar uma concepção tradicionalista e conservadora de eclesiologia e passariam a desenvolver uma nova forma de trabalho pastoral educativo eclesiástico ligando diretamente as necessidades elementares tanto das classes burguesas quanto das classes populares. Necessidades essas fundamentais para a consecução do projeto de implantação, fixação de colonização da região, realizando, assim, a venda de todas as glebas dessa região por parte da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Assim, aos oito anos de institucionalização do município de Maringá, houve por parte do Vaticano a ereção da região diocesana de Maringá, fato importante e raro na história da Igreja Católica. Depois da ereção, o fundamental nesse processo deveria ser a identificação de um membro eclesiástico que pudesse representar o anseio de interesses, podendo identificar em sua ação pastoral à frente do governo da diocese esses elementos essenciais para se compreender e ainda dar continuidade às transformações ocorridas tanto na nascente diocese quanto no município de Maringá e até na região, a partir do qual muitos católicos acabariam por superar suas visões tradicionais e fixas, e, assim, passarem a desenvolver uma nova forma de “visão de mundo” ligada diretamente às suas necessidades elementares imbuídos da concepção de modernidade tanto desejada pelas partes envolvidas.

Fundamental nesse processo deveria ser a contribuição que o primeiro bispo diocesano daria à cidade, pois seria essa figura a representação de uma nova ordem sociocultural identitária que acabaria por delinear e efetivar o *habitus*, responsável pelas mudanças de mentalidade no interior, tanto da Igreja quanto do Município. Faz-se necessário explorar a possibilidade de compreensão da ação do primeiro bispo diocesano de Maringá, Dom Jaime Luiz Coelho, à frente da diocese, desde a sua nomeação, em 3 de dezembro de 1956, pelo Papa Pio XII, até 6 de abril de 1997, data comemorativa dos 40 anos da Diocese de Maringá, momento em que ele se aposentou. A contribuição de Dom Jaime para que fossem concebidas e efetivadas tais mudanças tornou-se elemento fundamental para a boa consecução dessa nova formação sociocultural religiosa; não que Dom Jaime soubesse de tais anseios, mas ele – no decorrer de seu governo – soube como ninguém captar tais anseios e transformá-los em realidade.

7. SOBRE DOM JAIME LUIZ COELHO, O PRIMEIRO BISPO DE MARINGÁ

Sobre o primeiro bispo da Diocese de Maringá, pode-se afirmar que é filho de João Amélio Coelho e de Guilhermina Cunha Coelho, oitavo de 14 irmãos. Nascido em Franca (SP), em 26 de julho de 1916, foi batizado no dia 2 de outubro do mesmo ano. Fez sua primeira comunhão no dia 8 de dezembro de 1926, tendo sido crismado pelo primeiro bispo de Ribeirão Preto, Dom Alberto José Gonçalves, em 1920. Os estudos primários foram feitos nas escolas Reunidas de Cristais, distrito de Franca, onde passou a residir depois dos três anos até os doze anos de idade. Em 1929, transferindo residência para Franca, iniciou o curso ginásial no colégio Champagnat, dos Irmãos Maristas, foi aluno do colégio São José, em Bataiais (SP), por um ano, seguindo em 1932 para o Seminário Menor Diocesano de Campinas.

Em 1935, ingressou no Seminário Central Imaculada Conceição do Ipiranga, em São Paulo, onde cursou Filosofia e Teologia, sendo ordenado sacerdote na Catedral de São Sebastião de Ribeirão Preto em 7 de dezembro de 1941, ordem conferida por Dom Manuel da Silveira D'Elloux, então bispo auxiliar de Dom Alberto José Gonçalves. Em primeiro de fevereiro de 1942, foi nomeado vigário cooperador da Catedral de Ribeirão Preto, e acumulou, em seguida, o cargo de secretário-geral do bispado e chanceler da Cúria Diocesana.

Em agosto de 1944, foi nomeado cura da catedral de Ribeirão Preto; cônego honorário da mesma catedral em 1949; diretor diocesano do Ensino Religioso e das Congregações Marianas; assistente diocesano da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Independente Católica (JIC) e Juventude Operária Católica (JOC) e do Círculo Operário Católico. Em 1950, na sede Vacante de Ribeirão Preto, nomeado representante do administrador apostólico, Dom Manuel da Silveira D'Elloux, então eleito arcebispo de Curitiba.

Em 1955, foi nomeado procurador diocesano do seminário de Ribeirão Preto, percorrendo toda a diocese em propaganda vocacional e financeira para a construção de novo

seminário da diocese. Em maio de 1956, foi nomeado monsenhor (camareiro secreto do Papa Pio XII), e a 3 de dezembro do mesmo ano foi eleito por Pio XII primeiro bispo da nova Diocese de Maringá, criada pela bula *Latisimas Partire Ecclesias* em 1º de fevereiro de 1956 e desmembrada da Diocese de Jacarezinho, quando também foi criada a Diocese de Londrina.

Em 24 de março de 1957, foi instalada canonicamente a Diocese de Maringá, tomando posse o seu primeiro bispo. Em 1968, é criada a Diocese de Paranavaí, desmembrada da Diocese de Maringá que, sufragânea de Curitiba, em 1971 passou a ser sufragânea da nova província eclesiástica de Londrina. Com a bula *Quanquam est munus*, de 16 de outubro de 1979 o Papa João Paulo II, no primeiro aniversário de sua eleição ao pontificado, elevou a Diocese de Maringá à categoria de arquidiocese, criando a província Eclesiástica de Maringá, tendo como sufragâneas as Dioceses de Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama, promovendo, ao mesmo tempo, Dom Jaime Luís Coelho a ser também o primeiro arcebispo de Maringá. A instalação da arquidiocese e posse do arcebispo deu-se no dia 20 de janeiro de 1980.

Dom Jaime também participou das quatro sessões do Concílio Ecumênico do Vaticano II, de 1962 a 1965, em Roma. Recebeu os títulos de Cidadão Benemérito de Maringá (1966) e do Paraná (1982). A 20 de setembro de 1980, recebeu o título de professor *Honoris Causa* da Universidade Estadual de Maringá, em cuja fundação colaborou. Foi o Primeiro Secretário da Regional Sul II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no Paraná e membro do Conselho Permanente da CNBB na pastoral dos meios de Comunicação Social. Em 1979, como representante do Episcopado Brasileiro, participou da Terceira Reunião do Episcopado Latino-Americano (CELAM) em Puebla, México⁴.

⁴ Dom Jaime sempre foi muito antenado com o mundo, nunca perdendo a oportunidade em manter contatos importantes para a construção e interação da diocese. Ora buscando recursos em instituições de outros países, ora procurando sacerdotes que quisessem vir à diocese trabalhar como missionários. Assim, “Dom Jaime já visitou todos os estados brasileiros; visitou a Europa 21 vezes; a África duas vezes; os Estados Unidos uma vez; a Terra Santa duas vezes; a Europa oriental, então chamada comunista (cinco países), uma vez na América Latina: Paraguai, Argentina, Peru (duas vezes) México (duas vezes) Colômbia (quatro vezes) Bolívia, Equador, Panamá, Guatemala e Costa Rica” (COELHO, 1997, p. 4).

Sua relação e submissão com a hierarquia sempre foi muita bem explorada e administrada por ele, e sempre manteve os vínculos com a instituição eclesíastica, o que possibilitou receber em Maringá a visita do então Núncio Apostólico: 1965: Dom Sebastião Baggio; 1975 e 1980: Dom Carmine Rocco; 1987 e 1992: Dom Carlo Furno (COELHO, 1997, p. 5).

Sem incorrer em um subjetivismo histórico de cunho fenomenológico, que parta das experiências individuais para se entender a estrutura social, faz-se necessária a confecção de algumas reflexões e questionamentos sobre as formas de atuação desse sujeito histórico, que, apesar dos determinantes e condicionantes históricos em suas relações socioculturais que aí se imbricam, tais fatos contribuíram de forma decisiva e original para a formação do caráter histórico de conduta, determinando tanto fatores individuais quanto sociais em uma construção das relações identitárias aí constituídas.

A trajetória ímpar de Dom Jaime Luiz Coelho, vivenciada na interseção entre sua expressão religiosa e o engajamento político sugerido pelo contexto social, tornou-se por demais relevante para a construção da identidade sociocultural religiosa da cidade de Maringá. Seguindo essa lógica, o problema da pesquisa, constituindo-se na reflexão do entendimento das ações de Dom Jaime Luiz Coelho como sendo um dos maiores responsáveis da constituição das estruturas socioculturais e políticas da cidade de Maringá, é força agregadora dos anseios dos clérigos em relação às expectativas dos leigos, levando-se em conta as relações eclesiais formuladas na Igreja Católica no Brasil após a II Guerra Mundial (BOURDIEU, 1983, p. 129).

A questão fundamental diz respeito à própria atuação de Dom Jaime em relação aos campos político e econômico, e, para tanto, fez-se necessário discutir os engendramentos socioculturais que se formulava no berço da sociedade maringaense. Tornou-se necessário, assim, destacar quais foram os meios de atuação e ingerências que a Igreja Católica necessitava por parte de seu quadro, para fazer valer os seus interesses, não só no campo religioso, mas também políticos e outros mais, enfocando a contribuição que pôde oferecer à sua instituição a partir do seu *habitus*, e, ainda, o que percebeu como faltante na sociedade maringaense e na diocese a partir de seu governo, bem como quais foram as respostas que acabou por dar a essas carências e necessidades.

Entre as décadas de 1930 e 1940, a Igreja Católica, de forma geral, enfrentava várias transformações sociais, transformações que acabaram pondo em risco seu projeto eclesial, pois ainda prevalecia em seu seio um conservadorismo autoritário, ranço de uma Igreja calcada nos moldes de uma cristandade fundada com a proclamação da república. Facção esta que ainda continuava a endossar a estratégia da nova ordem sociocultural, passando a ser considerada como os tradicionais das primeiras décadas. Esse grupo acreditava que a Igreja deveria seguir no combate da secularização e no fortalecimento da presença da instituição na sociedade. Devendo operar como um grupo de interesse, usando o estado para garantir tantos privilégios quanto fossem possíveis, como forma de tornar católica toda a sociedade. Em conformidade a esta, existia uma nova facção eclesial em outra perspectiva de fé que se aproximava de uma facção da Igreja da década de 1960 e 1970, considerada reformista, a qual compactuava com as preocupações dos modernizadores com um trabalho pastoral mais intenso e uma educação religiosa mais eficaz, possuindo uma posição mais progressista.

Existe entre essas duas facções eclesiológicas um espaço intermitente, o qual teve sua maior expressão por volta da década de 1950, esse grupo iniciou alguns experimentos que inspiraram outras inovações posteriores. Possuíam uma visão diferente das outras duas noções no tocante às mudanças sociais, que tentou conciliar dois projetos, ou melhor, tentou constituir uma terceira via, chamada “modernidade conservadora”. Nessa facção, os modernizadores conservadores acreditavam que a Igreja precisava mudar para cumprir sua missão no mundo moderno com maior eficácia. Preocupavam-se com a ameaça comunista, mas respondiam com maior abertura ao mundo. Embora rejeitassem as mudanças radicais e tivessem uma concepção limitada da forma de realizar a justiça, eles estavam mais preocupados com a justiça social do que os líderes de outras instituições, incluindo-se aí o Estado. Ainda eram hierárquicos e, às vezes, até bem conservadores a respeito de questões morais e nas práticas eclesialísticas, mas se preocupavam mais em desenvolver organizações leigas com meios eficazes para melhor atingirem o povo. Enquanto os conservadores enfatizavam a necessidade de luta contra o comu-

nismo, os renovadores se preocupavam mais com a mudança social como um fim em si mesma.

Diante dessa ebulição partidária, fez-se necessário nor-tear historicamente a constituição desse processo, tentando construir uma formulação sintética para localizar Dom Jaime nessa terceira via, sendo ele uma das personalidades que bem representam esse período eclesiástico de implantação e implementação dessa facção do modelo eclesiástico da “modernidade conservadora”.

Nesse sentido, a mudança na forma de atuação eclesiás-tica por parte dos católicos, entre os anos de 1958 a 1964, possibilitou o surgimento de alguns movimentos católicos, a partir dos pressupostos de uma nova concepção de fé, de missão terrena compromissada com a justiça e de um novo papel a ser desempenhado pelos movimentos sociais do laicato no interior da Igreja brasileira.

Também, a atuação de Dom Jaime, enquanto formula-dor e articulador político entre as várias correntes da hierarquia católica e dos políticos, entre as décadas de 1950 a 1970, deve ser considerada como imprescindível para que se efetivassem as mudanças no interior da diocese, que, por sua vez, viabiliza-riam a nova forma de atuação dos católicos nos vários campos sociais. Ao descrever e discutir a biografia de Dom Jaime, deu-se ênfase à sua atuação no campo político, social e cultural e, ao mesmo tempo, também ao conhecimento de sua época e à compreensão desse tempo histórico; aprofundou-se, assim, sua contextualização histórica e socialmente construída de modo a investigar se é de fato possível o estabelecimento de um nexo causal entre o pensamento e a ação de Dom Jaime diante dessa concepção da facção eclesiástica da modernidade conservadora.

Uma terceira conjectura que se estabelece nesse mo-mento é derivada das relações anteriores, indicando que um fenômeno referente à história maringaense, constituído pelos católicos nos movimentos religiosos indicados, só podem ser adequadamente interpretados e entendidos por meio de pes-quisas que investigam os fenômenos ocorridos fora desses campos. Ou seja, deve-se também levar em conta as transfor-mações específicas do campo religioso que estão na origem dos movimentos socioculturais e políticos em questão, como é o caso das transformações provocadas pelo pensamento e pela ação de Dom Jaime no interior da Diocese de Maringá.

Imprescindível nesse processo de análise são as conjeturas sociais, políticas e econômicas produzidas no interior da sociedade brasileira desse período e reproduzidas no interior da sociedade maringense, sendo esses elementos diretamente responsáveis pela atuação dos católicos nos movimentos eclesiais, na medida em que a estrutura institucional católica e o laicato buscavam respostas práticas para os desafios percebidos naquele período histórico.

Como ressaltou Paiva, o estudo desses fenômenos “dificilmente se fará a partir de uma perspectiva própria, mas sempre do ponto de vista de várias ciências particulares” (PAIVA, 1987, p. 11). Dessa forma, deve-se recorrer prioritariamente à ciência da religião, à história e à sociologia para a interpretação dos dados que possibilitarão a comprovação ou a rejeição das hipóteses apresentadas.

Para tanto, torna-se necessário ter bem claro um caminho metodológico que, mesmo ressaltando todo o contexto histórico mais amplo, não seja uma derivação de uma construção mecanicista que entenda o indivíduo como sujeito único e último de suas ações. Ou seja, faz-se necessário que se recupere a originalidade e a singularidade de Dom Jaime e, então, se possa situar essas contribuições na generalidade das estruturas socioculturais, bem como em suas relações políticas e econômicas – devendo-se levar em consideração que os homens fazem a sua história sobre a base de condições reais anteriores, sendo eles quem a fazem e não as condições anteriores, caso contrário, os homens seriam simples veículos de forças inumanas que reagiriam por meio do mundo social.

Pode-se, assim, ao término desse percurso, encontrar as concepções e as ações eclesiais de Dom Jaime, ainda, seus reflexos na inserção, bem como na repercussão da vida dos católicos maringenses desse dado período, devendo-se ser entendido em uma totalidade sintética que explicita histórica e socialmente o processo de produção e reprodução de suas ações, bem como os resultados destas ações, em um processo dialético de “interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade”, nos termos do “conhecimento praxiológico” proposto por Pierre Bourdieu (1994), como sendo esse um meio seguro para se chegar a uma modalidade de conhecimento que expresse as “relações e as disposições estruturadas

nas quais elas se atualizam e que tendam a reproduzi-las” (BOURDIEU, 1994, p. 47).

Nessa perspectiva, devem-se interpretar as ações do agente como produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcionem a cada momento como uma matriz de percepção, de apreciação e de ação. Em outras palavras, Dom Jaime se deparou com uma situação objetiva posta pela sociedade maringense, pelos desafios que essa conjuntura colocava à Igreja, e pela dinâmica de luta entre católicos e seus oponentes no interior das suas questões pertinentes, agindo e reagindo de acordo com as precondições incorporadas durante sua história de vida desde o seu nascimento, incorporando e interagindo com as disposições duráveis ou *habitus*, como propõe Pierre Bourdieu (1983), por assim considerar que o conceito de *habitus* deva ser algo possível que possua uma enorme potência geradora. Em outros termos, o *habitus* é um produto, fruto decorrente dos condicionamentos que tendem a produzir e reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, mas introduzindo neles uma transformação, sendo uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós reproduzamos as condições socioculturais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se possa passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos produzidos (BOURDIEU, 1983, p. 104).

Dotado de um *habitus* determinado, o agente se posiciona na estrutura social para ocupar um lugar específico na produção material e/ou simbólica e, a partir de sua relação com outros agentes, constituindo, assim, um campo de atividade humana em que os agentes e as instituições estão em constante luta, com forças diferentes e segundo as regras constitutivas desse espaço de jogo, para se apropriar dos lucros específicos que estão em jogo. É no campo em que ocorre a luta entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir toda a concorrência, visando à apropriação dos espaços e objetos em disputa (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Segundo tal concepção de Bourdieu (1983), para que um campo funcione, fazem-se necessárias a ação e a reação de

objetos de disputas e pessoas prontas para disputarem o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa etc. (BOURDIEU, 1983, p. 89). Nesse sentido, deve-se tomar Dom Jaime como uma dessas pessoas prontas e dispostas a disputarem o jogo, reconstruindo momentos e relações fundamentais na estruturação de seu *habitus*, deixando claro quais são as explicitações que caracterizam esse jogo, ou melhor dizendo, esses jogos, aos quais acabou por dedicar a vida, interpretando e interagindo suas ações com os campos socio-culturais da política e da economia, bem como, e principalmente, o campo religioso.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento de Dom Jaime com as atividades próprias do campo eclesiástico teve início durante sua infância. Filho de uma engajada família católica, sempre esteve envolvido nas ações da Igreja. Possuidor de uma personalidade forte, sempre esteve atento e interessado nas questões religiosas, percebendo os ensinamentos e possíveis ameaças à doutrina e às crenças da Igreja Católica defendidas como as mais adequadas à formação das novas gerações. Ou seja, implícita e explicitamente, Jaime Luiz Coelho, desde sua tenra idade, já havia adquirido um “sistema de disposições” que orientava sua abertura às questões eclesiais, pelas quais se orientava a impulsionar e intervir nas disputas próprias ao campo religioso contra os opositores dos interesses e concepções católicas.

Levando-se em consideração a ideia de Bourdieu (1983, p. 89), segundo a qual

[...] para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputa e pessoas prontas para disputarem o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputa, etc.

A estruturação desse *habitus* foi que tornou Jaime Luiz Coelho apto a intervir ao lado dos católicos na luta pela concepção da “verdade da doutrina católica”, do período em

questão, e pôde, então, ser buscado tanto nas condições familiares que encontrou desde o seu nascimento quanto em sua formação escolar, e ainda no seminário, pois, novamente, segundo Bourdieu,

[...] o *habitus* adquirido na família está no princípio da estruturação das experiências escolares, o *habitus* transformado pela escola, ele mesmo diversificado, estando por sua vez no princípio da estruturação de todas as experiências ulteriores (BOURDIEU, 1994, p. 80).

THE POWER OF THE RING IN THE DIOCESE OF MARINGÁ

ABSTRACT

This research returns to the analysis of the Apostolic Catholic Church Roman, here acted by the Diocese of Maringá, Paraná, a diocese, whose history gets confused with the history of the city, because both were founded in the same time. This means that the Catholics were the first settlers' that arrived to the area part when almost everything was a dense forest, to transform her, in little time, in one of the areas more developed, economically, of the country. However, the practice of that Catholic presence is not of all emphasized in the official documents. In reason of this, the present work search to recover his/her history and to analyze her/it in their different moments, looking for to understand as he/she felt the interaction of this religious group with the society of which is integral part.

KEYWORDS

Power; diocese; ring; institution; customs.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. T. *Psicossociologia de relações públicas*. São Paulo: Loyola, 1989.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Persona, 1977.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. Esboço da teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. Sociologia. Tradução Paula Monteiro. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. p. 46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

COELHO, D. J. L. Os vinte e cinco anos da diocese de Maringá. *Revista comemorativa pelo Jubileu de Prata Episcopal de Dom Jaime Luiz Coelho*, Maringá, mar. 1982.

COELHO, D. J. L. Diocese de Maringá – 40 anos de história. *Revista publicada pela Diocese de Maringá em comemoração aos 40 anos de história da diocese e adeus de Dom Jaime Maringá*, 1997.

GEETZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAGNANI, J. G. *Mística Urbe* – um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole. São Paulo: Studio Nobel, 1999. (Coleção Cidade Aberta).

MAINWARING, S. *Igreja católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MICELI, S. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

NUNES, C. *Ensino e historiografia da educação: problematização de uma hipótese*. *Revista Brasileira de Educação – ANPEd*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 67-79, jan./abr. 1996. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n01/n01a06.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

PAIVA, V. *Educação popular de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

SARTRE, J.-P. *Questão de método*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores).